

**DIREITO CONSTITUCIONAL**  
Fundamente sucintamente

37ª Questão ( 2 Pontos )

É possível a impetração de Mandado de Segurança contra decisão transitada em julgado? E contra decisão interlocutória?

38ª Questão 2 Pontos )

Estabeleça a distinção entre direito adquirido e ato jurídico perfeito. (art. 5º XXXVI da C.F.).

39ª Questão ( 2 Pontos )

Defina controle de constitucionalidade pela via de exceção. Qual é o seu objetivo? A decisão faz coisa julgada?

40ª Questão ( 2 Pontos )

Câmara Cível de Tribunal de Justiça, julgando recurso de apelação, decreta a inconstitucionalidade de ato normativo em face da Constituição Estadual. Está correta esta decisão?

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Fundamente sucintamente

41ª Questão ( 2 Pontos)

Cabe Mandado de Segurança contra adiamento de concurso para provimento de cargo público?

42ª Questão: ( 2 Pontos)

Se sentença penal absolutória concluir que o funcionário público, demitido depois de processo administrativo, praticou ato em estado de necessidade, qual a repercussão da decisão criminal na esfera administrativa?

43ª Questão: ( 2 Pontos)

Os bens públicos estão sujeitos a registro no Registro Geral de Imóveis? Há exceções?

44ª Questão: ( 2 Pontos)

Quais os principais atributos do Poder de Polícia? Explique-os.

- 37 - Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; III - de decisão judicial transitada em julgado.
- 38 - Ato jurídico perfeito seria aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. Direito adquirido diria respeito àqueles que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.
- 39 - Controle de Constitucionalidade: Controle por via de exceção é próprio do controle difuso. Por ele, cabe ao próprio interessado, quando apresenta sua argumentação num caso concreto, suscitar a inconstitucionalidade da norma.
- 40 - Cláusula de Reserva de Plenário - Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. RJ tem Órgão Especial com 25 Desembargadores.

ao normativo em face da Constituição Estadual. Está correta esta decisão?

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Fundamente sucintamente**

**41ª Questão ( 2 Pontos)**

Cabe Mandado de Segurança contra adiamento de concurso para provimento de cargo público?

**42ª Questão: ( 2 Pontos)**

Se sentença penal absolutória concluir que o funcionário público, demitido depois de processo administrativo, praticou ato em estado de necessidade, qual a repercussão da decisão criminal na esfera administrativa?

**43ª Questão: ( 2 Pontos)**

Os bens públicos estão sujeitos a registro no Registro Geral de Imóveis? Há exceções?

**44ª Questão: ( 2 Pontos)**

Quais os principais atributos do Poder de Polícia? Explique-os.

- 41 - Mais uma questão de Mandado de Segurança.
- 42 - Repercussão entre as esferas.
  - Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
  - “A sentença penal absolutória que reconhece a ocorrência de causa excludente de ilicitude (estado de necessidade) faz coisa julgada no âmbito administrativo, sendo incabível a manutenção de pena de demissão baseada exclusivamente em fato que se reconheceu, em decisão transitada em julgado, como lícito.” REsp 1600901 / MA.
- 43 - Questão bem específica.
- 44 - Atributos do poder de polícia - questão bem doutrinária

1ª Questão: (15 pontos)

Há vício de inconstitucionalidade em emenda que obriquer o esgotamento da via administrativa para o propositura de medida judicial? Justifique.

Em caso afirmativo caberia controle jurisdicional sobre proposta de emenda com este teor cuja deliberação haja sido admitida pelo legislativo? Qual seria a medida apropriada e quem estaria legitimado à propositura da mesma?

- Art. 5º XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
- Há a possibilidade de MS preventivo por parlamentar, buscando garantir o respeito ao devido processo legislativo. Legitimação exclusiva do parlamentar. A perda superveniente do mandato desqualifica a legitimação ativa.
  - Abrange tão somente a garantia de um procedimento conforme a Constituição, não havendo o controle sobre aspectos regimentais e atos interna corporis.
- Em suma, pode ser feito em duas hipóteses: PEC manifestamente ofensiva a cláusula pétrea e projeto de lei ou PEC em cuja tramitação se verifique manifesta ofensa a cláusula constitucional que disciplinasse o correspondente processo legislativo. A PEC é mais ampla pois o art. 60 apenas veda PEC tendente a abolir cláusula pétrea, não lei.
- Normas constitucionais interpostas: Como visto, a regra é não apreciação de questões regimentais. Contudo, se as normas constitucionais fizerem referência expressa a outras disposições normativas, a violação constitucional pode advir da violação dessas outras normas, que, muito embora não sejam formalmente constitucionais, vinculam os atos e procedimentos legislativos, constituindo-se normas constitucionais interpostas.

2ª Questão (15 pontos):

Pode um Estado-membro criar controle de Constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face de sua constituição, na modalidade de ação declaratória de constitucionalidade? Justifique e indique a fundamentação legal pertinente.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

3ª Questão (15 pontos):

Mévio dirigiu-se à Defensoria Pública das Varas de Fazenda Pública relatando que, no último domingo, emprestou seu automóvel, da marca "Asia", modelo "Towner", ao seu neto Luis, para que fosse pescar com amigos. Fiscais do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ, entretanto, apreenderam seu automóvel sob a alegação de que Luís estaria fazendo transporte de passageiros irregularmente.

Inconformado, Mévio relatou, ainda, que na segunda-feira seguinte compareceu ao DETRO/RJ para providenciar a liberação do veículo de sua propriedade, entretanto, qual não foi sua surpresa ao ouvir da autoridade competente que seu automóvel só seria liberado mediante o pagamento de vultuosa multa e demais despesas com a estadia do carro em local apropriado.

Diante dos documentos que comprovam não só a propriedade do automóvel, como os fatos acima relatados, que providência tomaria o Defensor Público. Justifique

- 2 - Questão doutrinária - Doutrina entende perfeitamente possível, respeitadas as regras constitucionais.
- 3 - APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. APREENSÃO DE VEÍCULO. TRANSPORTE IRREGULAR DE PESSOAS. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. 1.Sentença pela improcedência do pleito autoral. 2.Apelo do autor. Pugna pela reforma do julgado, sustentando não haver irregularidade no transporte efetuado. 3.Documentos trazidos aos autos não foram suficientes para comprovar o alegado. Art. 373, I, CPC. 4.Legalidade da cobrança de multa e apreensão de veículo que realiza transporte irregular. Poder Público que tem o poder/dever de fiscalizar o transporte irregular. 5. Lei Estadual nº 3.756/2002. O STF já unificou o entendimento segundo o qual pode-se condicionar a liberação de veículo apreendido ao pagamento das multas notificadas e vencidas, além da taxa de permanência até o limite de 30 dias. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
  - “CONSTITUCIONAL. VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. LEI 3.756, DE 2002, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. I. – Lei 3.756/2002, do Estado do Rio de Janeiro, que autoriza o Poder Executivo a apreender e desemplacar veículos de transporte coletivo de passageiros encontrados em situação irregular: constitucionalidade, porque a norma legal insere-se no poder de polícia do Estado. II. – Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (Tribunal Pleno, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, j. 31/08/2005).” (Grifo nosso).

- TRANSPORTE COLETIVO - CONTRATO PÚBLICO DE CONCESSÃO - HIGIDEZ - DISCIPLINA NORMATIVA. Surge constitucional previsão normativa local voltada a coibir fraude considerado o serviço público de transporte coletivo, e inconstitucional o condicionamento de liberação de veículo apreendido ao pagamento de multas, preços públicos e demais encargos decorrentes de infração. (RE 661702, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 04/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-123 DIVULG 18-05-2020 PUBLIC 19-05-2020)
- O Supremo possui entendimento antigo a revelar a inadequação das chamadas sanções políticas. Consistem em restrições desproporcionais à propriedade e ao exercício de atividade econômica ou profissional lícitas, por meio das quais o Fisco induz ou coage o particular ao pagamento de tributos e acessórios. Procedimentos dessa natureza têm sido glosados pelo Tribunal. Deve a Fazenda buscar o Judiciário para a cobrança, via execução, do que devido, considerados a liberdade fundamental de exercício de atividades profissionais e econômicas e o devido processo legal.